

“Povoar o Sertão”: uma estratégia para a fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul

Paulo Afonso Zarth (UNIJUÍ, Brasil)

INTRODUÇÃO

Este texto é um ensaio de interpretação das políticas agrárias implementadas numa região de fronteira agrícola e política que recebeu imigrantes de diversos lugares do mundo. Examinamos os diversos argumentos e estratégias utilizadas para conduzir os planos de ocupação e desenvolvimento da região e os conflitos sociais e culturais resultantes desse processo. Assim, poderemos examinar numa área fronteira do extremo sul do Brasil como se faziam presente argumentos políticos e ideológicos correntes no mundo ocidental, em diversos períodos da história. Das densas florestas do século passado até as modernas lavouras mecanizadas atuais, conceitos como o de modernização, comunismo, reformismo, determinismo biológico, exclusão social e nacionalismo são utilizados como argumentos para defender propostas de desenvolvimento regional. A região é, nesse sentido, um pequeno palco no qual se expressa o global. Seria exagero, por outro lado, afirmar que a região simplesmente reproduz, em numa dimensão menor, a imagem do mundo. Há diferenças importantes e estas correm por conta das particularidades regionais.

Desde a conquista europeia, a região foi durante muito tempo alvo de disputa entre o governo da Espanha e o de Portugal. Até o século XVIII, a região se caracteriza por ser ocupada por indígenas Guarani, aldeados pelos padres da Companhia de Jesus, que deram origem às conhecidas Reduções Jesuíticas, ou Missões. Nas florestas ao norte viviam de forma independente os Kaingang. Ainda no século XVIII, os jesuítas foram expulsos da região e grande parte dos Guarani migraram ou foram mortos na guerra. No início do século XIX, o território das Missões foi conquistado por comandos militares de estancieiros locais, seguindo os planos políticos do governo português. Os portugueses, os seus descendentes, os mestiços e os negros africanos (estes na condição de escravos) instalaram-se como criadores de gado e como coletores de erva-mate, sustentando também uma agricultura de subsistência.

Para garantir a posse do território, o governo português, e o brasileiro depois, optaram pela política de concessão de terras aos aventureiros, os quais instalaram estâncias de gado nos campos nativos, que eram abundantes na região. A concessão de terras foi semelhante às demais áreas do país, baseada na forte concentração fundiária, dando origem à propriedades que alcançaram até 60.000 hectares.

Um grupo de camponeses nacionais, descendentes de indígenas e portugueses, dedicou-se ao extrativismo de erva mate, confrontando-se com indígenas Kaingang que ocupavam essas florestas. Estes ervais, esparsos pela extensa mata, eram considerados públicos e controlados pelas autoridades municipais. Nestas condições, os ervateiros não formaram uma classe de proprietários e sim tornaram-se extrativistas e produtores de subsistência. Os documentos e a bibliografia denominam estes camponeses de diversas formas: lavradores nacionais, caboclos, sertanejos, mestiços, ameríndios. Utilizaremos neste texto todos estes termos como sinônimos.

No final do século XIX desenvolveu-se um novo fluxo migratório, através dos projetos de colonização voltados para colonos de origem européia (alemã, italiana, polonesa, russa - entre os principais), que se instalaram como pequenos proprietários nas áreas florestais. Muitas “colônias” foram fundadas em terras concedidas pelo Estado e outras resultaram de projetos de colonização de companhias privadas, especializadas em comercialização de terras.

Esta última fase completou a formação regional do ponto de vista étnico, dando origem à uma sociedade multicultural composta de negros africanos, indígenas e europeus de diversas línguas.

As fronteiras políticas

As estratégias geopolíticas foram importantes no início da colonização da região. Até recentemente, a condição de fronteira com os países da bacia do Prata era objeto de grande preocupação do governo, temeroso de uma invasão dos países vizinhos que conduzissem à guerra. E as guerras se concretizaram várias vezes durante o século XIX. Diante disso, a política oficial consistia em criar núcleos estratégicos de povoamento ao longo da fronteira com a atual República Argentina, para garantir a propriedade nacional da terra. Em 1862, uma comissão formada por militares sugeriu “povoar o sertão”, criando várias colônias militares junto ao rio Uruguai.(Campos,1860) Esta sugestão demorou para ser implantada, diante das dificuldades de acesso aos locais sugeridos. Mesmo nas áreas de pastagens nativas onde se constituíram vilas e povoados, os criadores de gado se queixavam constantemente do isolamento da região em relação aos mercados do centro do país e do exterior.

As dificuldades regionais levaram, em 1877, os chefes políticos locais a propor a emancipação do Norte da província, separando-a do Rio Grande do Sul. O principal argumento dos separatistas para a criação da "Província das Missões", era o abandono e a falta de investimentos públicos. A economia regional baseada no mate e na criação de mulas e vacuns encontrara seu limite de expansão nas últimas décadas do século, gerando o movimento separatista como forma de pressão para o estabelecimento de novos projetos de desenvolvimento regional. A resposta do governo foi o estabelecimento de um programa de colonização e a construção de uma ferrovia, projetos que atenderiam as demandas solicitadas.

A preocupação do governo com a fronteira era constatada até recentemente, conforme se pode observar nos relatórios das prefeituras municipais da fronteira nas décadas de 1950 e 1960. Os prefeitos solicitavam subsídios à Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, para a construção de diversas obras de infra-estrutura. O apoio político e econômico da fronteira era a melhor alternativa para garanti-la diante de um possível conflito com os países vizinhos - hipótese atualmente afastada.

Outro momento importante na história regional foi a transformação dos municípios fronteiriços em área de segurança nacional, durante o regime militar instaurado em 1964. No contexto da guerra fria, a questão geopolítica não era mais a ameaça de um exército externo e sim de caráter interno. Isto é, temia-se que este espaço estratégico poderia ser usado para focos de guerrilha movimentada por brasileiros de esquerda simpatizantes da causa socialista. Nesta condição, os

prefeitos locais foram substituídos por interventores para facilitar a intervenção federal na região. Em consequência, a população dos municípios ao longo da fronteira perdeu o direito de eleger seus representantes ao executivo municipal. Ao mesmo tempo, o exército nacional realizou várias manobras entre 1970 e 1973 nos municípios de Crissiumal, Três Passos e Tenente Portela, reforçando a intervenção federal na região. A intervenção militar tinha propósitos de evitar o engajamento da população nos movimentos guerrilheiros, que estavam em expansão pelo país, como reação ao golpe militar.

Em 1970 foram presas diversas pessoas acusadas de estarem preparando ações de guerrilha em Três Passos. Neste mesmo ano o jornal O Celeiro, de Três Passos, referindo-se à manobras do exército, noticiava que “mais de doze mil homens estarão em duros treinamentos ...Tenente Portela tem a honra de ser a sede do quartel general”.(O Celeiro, 27/08/1970) As operações foram desenvolvidas em diversos municípios da região. Nestes anos, segundo podemos ler nos jornais locais, a presença do exército foi marcada com diversas manobras, inclusive nas áreas urbanas. Paralelamente às ações militares repressivas, o exército desenvolveu programas de assistência médica e social através do projeto ACISO.- Ação cívica social do exército- , amplamente divulgadas nos jornais locais. As ações militares na região faziam parte de uma estratégia de combate aos focos de guerrilhas comunistas, seguindo as orientações dos países liderados pelo governo dos Estados Unidos da América, no contexto da guerra fria. Por isso, em novembro de 1970, as manobras brasileiras foram apoiadas pelo exército argentino, que desenvolveu operações semelhantes no outro lado da margem do rio Uruguai. Na nova conjuntura geopolítica internacional, as velhas rivalidades foram deixadas de lado. O jornal O Celeiro noticiou assim: “É digno de registro também a cooperação da 7ª Brigada de Infantaria do Exército Argentino, sediado na província de misiones... cujos componentes, demonstrando os mesmos sadios princípios democráticos que professamos no Brasil, realizaram um exercício conjunto na direção do rio Uruguai. Esteve presente à manobra o general Alexandre Lanusse, comandante em chefe do exército argentino...” (O Celeiro, 05/11/1970, p.11)

A preocupação do governo militar com a possibilidade de organizações guerrilheiras de esquerda era estimulada pelas dificuldades econômicas da região, que passava por grave crise fundiária num momento de mudança de patamar tecnológico, o que exigia novos padrões de propriedade. Uma das propostas para solução da crise era a transferência de parte dos agricultores para a Amazônia, aliviando a pressão sobre a estrutura fundiária local. Esta alternativa, com amplo apoio do governo e instituições humanitárias européias, foi organizada através de uma Cooperativa de Colonização, cujo nome é bastante sugestivo : “Cooperativa de Colonização 31 de março”. (Data do golpe militar de 1964).

A nova modernização proposta para a região implicava na exclusão de parte da população local, transferindo-a para a fronteira agrícola distante, no Centro Oeste e no Norte do país. Chama atenção que o problema agrário era atribuído ao minifúndio que caracterizava vários municípios e não ao latifúndio improdutivo existente em áreas da própria região e arredores. Com a proposta de enviar os agricultores para a Amazônia, a região perdeu população e a oportunidade de

ocupar áreas ociosas. A modernização sugerida exigia estabelecimentos maiores - daí o combate às pequenas propriedades- e consistia na utilização de insumos químicos, máquinas agrícolas modernas e especialização da produção, substituindo a policultura, a rotação de terras e os instrumentos e máquinas obsoletas. Cem anos depois dos esforços para “povoar o sertão”, a nova política era a de **despovoar** a terra para permitir a introdução de um novo modelo agrário.

Primeira Modernização

Na década de 1870, logo após a Guerra do Paraguai, instalou-se uma grande crise em dois setores importantes da economia gaúcha e da região Noroeste em particular. A pecuária ia mal e o extrativismo de mate também. O governo brasileiro, preocupado com essa situação, contratou Louis Couty, um técnico francês, que escreveu um detalhado relatório, em 1880, com o título **Le Maté et les Conserves de Viande**. O documento aponta como problemas a **produtividade**, incluindo aqui problemas de tecnologia; mão de obra e organização do trabalho. Outro ponto levantado trata da **qualidade** - os produtos eram mal elaborados e fraudulentos. Por fim, existiriam problemas de **mercado**. Para tanto, o técnico sugeria uma campanha de **propaganda** na Europa, para vender erva-mate. (Couty, 1880)

A análise do técnico francês foi comparativa com a produção da Argentina e do Uruguai. A pecuária argentina e uruguaia era mais produtiva e de melhor qualidade, assim conseguiam melhor acesso ao mercado europeu. A concorrência dos países vizinhos, do atual Mercosul, é uma preocupação antiga. Alcançar a produtividade e a qualidade dos produtores vizinhos é uma meta para os estancieiros gaúchos desde o século passado. O mate foi comparado ao do Paraná, que seria melhor elaborado, na constatação de Couty.

A fundação de colônias com imigrantes alemães ou italianos nas matas do Noroeste sempre foi um objetivo do governo brasileiro. Desde a experiência frustrada de São João das Missões, em 1825 até a instalação da colônia Ijuí, em 1890, foram muitas as manifestações de propostas de colonização. Os documentos oficiais revelam constantemente o desejo de fundar colônias na região, mas as condições de transporte e de mercado eram forte obstáculo para o projeto. As tentativas de colonizar a região com imigrantes era um desejo da própria elite regional e não foi por nada que a imprensa de Cruz Alta, do dia 19 de outubro de 1890, destacou com entusiasmo a chegada naquela cidade do engenheiro Siqueira Couto, que viera para fundar oficialmente a colônia Ijuí. Nem foi por acaso que o empresário alemão Hermann Meyer foi recebido com banda de música e fogos de artifício na estação ferroviária de Cruz Alta, em 1898.

A imigração e a colonização da região era vista como uma saída para a estagnação econômica regional. A mula perdia sua importância econômica diante da construção de ferrovias; o gado vacum era criado em condições tradicionais, sem melhoramentos técnicos; o mate sofria dificuldades diante da concorrência do Paraná que nesta época atingira um grau mais elevado em termos tecnológicos, enquanto a erva mate local era produzida em bases técnicas inferiores e fraudulentas. (Castro, 1887, p.76) Nessa época, a economia gaúcha baseada na pecuária era severamente criticada. Segundo a opinião dos críticos regionais, o problema da região era o atraso da agricultura. E esta era atrasada porque a população nacional era ignorante e preguiçosa, mas

sobretudo era uma população que não praticava uma agricultura moderna. Era uma agricultura baseada no fogo e no saraquá (bastão). Afora esse problema, os analistas enfatizavam a questão dos transportes, que era, na verdade o ponto de estrangulamento. Diante do suposto baixo nível tecnológico dos lavradores nacionais, as propostas apontavam para a imigração de colonos alemães e italianos do norte, os quais teriam a desejada capacidade agrícola modernizadora. Sem dúvida o racismo estava presente nesses discursos, o que era comum em todo o Brasil, quando se acreditava que existiam “raças superiores”.

Enfim, na década de 1890, os tão aguardados colonos finalmente começaram a se instalar na região. As iniciativas do governo em fundar colônias, os preços baixos das terras e a construção da ferrovia atraíram milhares de imigrantes. Colonos e empresários eram aplaudidos quando chegavam. As terras logo valorizaram e mais e mais proprietários loteavam suas terras ociosas aos compradores. Empresas colonizadoras atuavam por todos os lados. A virada do século foi uma explosão de negócios de terra. Conseqüentemente a produção agrícola expandiu estrondosamente, mas não apenas pela simples adoção de modernas tecnologias mas sim pelo aumento do número de agricultores, pela incorporação de terras virgens e principalmente pela melhoria dos transportes, que permitiu o acesso dos produtos agrícolas ao mercado. A ferrovia inaugurada em 1894 em Cruz Alta, atingiu Ijuí em 1911 e transformou essa colônia no mais próspero empreendimento colonial do período, justamente pela possibilidade de escoar a produção agrícola. Situação semelhante ocorreu na colônia Erechim.

Nova Modernização

Algumas décadas mais tarde, nos anos 50, nova crise abateu-se sobre a agricultura da região. Uma segunda discussão sobre modernização tomou conta da região quando os imigrantes e sua agricultura supostamente superior á dos nacionais entrou em colapso, pelo esgotamento do solo. Curiosamente, o esgotamento do solo ocorreu justamente pela repetição dos sistemas de cultivo empregados pelos lavradores nacionais, ou seja, pelo aproveitamento da fertilidade natural do solo virgem. A suposta superioridade técnica dos colonos europeus rendeu-se ao tradicional sistema local, herdado dos indígenas. Diante do esgotamento do solo e da crise que daí decorreu, surgiu um novo discurso de modernização. A solução para os problemas regionais seria a “modernização” da agricultura - novamente a agricultura era eleita como política principal de desenvolvimento regional-, via mecanização e utilização de insumos modernos para fertilizar o solo. Desta forma, instalou-se a era das máquinas, dos financiamentos subsidiados, do envenenamento dos rios, da construção de grandes armazéns, dos tratores, das lojas de maquinaria agrícola, uma época de euforia, de progresso aparente. Mas ao lado deste aparente progresso e modernidade, um expressivo contingente de homens, mulheres e crianças saíam do campo e construía, em ritmo acelerado, uma outra versão do progresso: as favelas, as sub-moradias, o desemprego, a violência e a miséria. A modernidade trazia em seu bojo algo de arcaico e atrasado: A pobreza urbana e a irracionalidade da própria expansão urbana, baseada nos critérios da especulação imobiliária que deu origem a absurdos vazios urbanos.

Argemiro Jacob Brum publicou um excelente livro intitulado "Modernização da Agricultura" (Trigo e Soja), no qual analisa esse processo. O título do livro poderia ser "A Re-modernização da Agricultura", pois consideramos que nos anos 1950/70 a agricultura regional passou

por um novo processo de modernização, com base em novas tecnologias. Esse processo rendeu bons negócios para muitos empresários da região, mas também para os empresários de São Paulo, dos Estados Unidos, da Alemanha, da Suécia, da Inglaterra, revelando uma intensificação da globalização econômica.

A decadência da agricultura dita tradicional, deve-se aos seguintes fatores, segundo Brum: a) o esgotamento da fertilidade natural do solo, em muitos casos até a exaustão, decorrente da intensa exploração agrícola praticada com métodos e técnicas que geralmente negligenciavam a preservação da natureza e a conservação, defesa e recuperação da terra; b) a redução substancial do tamanho das propriedades rurais, em decorrência das partilhas por herança, o que forçava uma exploração ainda mais intensa da terra escassa, acelerando seu esgotamento ao mesmo tempo que reduzia os frutos do trabalho; c) os baixos preços dos produtos agrícolas, constantemente aviltados no mercado pela exploração dos intermediários e dos que controlavam a comercialização nos diversos níveis.(Brum, 1988, p.66)

Ainda segundo Brum, a modernização da lavoura local era decorrente da “Revolução Verde”, programa concebido no Estados Unidos e que consistia num pacote tecnológico com vistas a aumentar a produtividade da agricultura. Os canais de sua implantação aqui foram os programas “Aliança para o Progresso” e “Alimentos para a Paz”, ambos patrocinados pelo governo norte-americano. Tais programas estavam em consonância com os interesses e objetivos das corporações transnacionais e, obviamente, faziam parte da estratégia global para criar as condições favoráveis à sua expansão, de que resultará a crescente internacionalização (integração dependente) da economia brasileira, particularmente da agricultura”.(Brum, 1988, p.66)

Esta fase de modernização, desencadeada pelas políticas agrícolas do governo brasileiro foi novamente excludente. Para muitos significou trocar uma também miserável vida rural por uma vida de operário urbano sem especialização e de baixos salários. Alguns tornaram-se personagens típicos deste período: os bóias-frias; trabalhadores rurais, antigos camponeses, que passaram a ser recrutados nos bairros pobres da cidade, para capinarem as lavouras e para as atividades de colheita.

Reforma Agrária.

A crise agrária instalada na década de 50 gerou um intenso debate sobre as políticas públicas para o setor. Os pequenos agricultores, caboclos ou colonos, já não tinham como se reproduzir na fronteira agrícola pois esta se fechava no território do Rio Grande do Sul. Milhares de colonos migraram para o Paraná e Santa Catarina onde a fronteira ainda estava aberta mas se fechava rapidamente . Essa solução não era bem vista por alguns setores reformistas, pois implicava na perda demográfica e deveria se considerar a existência de latifúndios improdutivos no próprio estado, que daria para atender toda a demanda dos pequenos agricultores.

A questão agrária estava na ordem do dia em todo o país e intensificou-se no início dos anos 60. Os conflitos entre latifundiários e camponeses acirraram-se. No Rio Grande do Sul, a arena de lutas estava pronta para um acalorado embate ideológico, político e militar. À esquerda

posicionava-se o MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra-, com apoio do Partido Trabalhista Brasileiro e dos comunistas; à direita ficava a FARSUL - Federação das Associações rurais do RS -, representante dos grandes proprietários, com apoio de empresários urbanos e partidos conservadores. Ao centro postou-se a Frente Agrária Gaúcha - FAG - controlada pela igreja católica com objetivo de combater o radicalismo do MASTER.

Para a FARSUL, o problema agrário residia na falta de apoio governamental para a modernização da agricultura. Para tanto, solicitavam mais recursos oficiais para o setor, argumentando que o problema não era de estrutura fundiária mas sim de política agrícola. A igreja católica, diante do crescimento do MASTER junto aos seus fiéis, tratou de organizar sua própria política para a questão agrária. Segundo um observador participante desse debate, “...os bispos queriam que, sob a influência do vigário, fossem filiados na FAG, imediatamente, o maior número de agricultores possíveis a fim de comprometê-los e assim não se inscreverem no MASTER de Brizola.” (Lazzarotto, 1981, p.99) A estratégia da FAG era organizar os pequenos agricultores em sindicatos rurais, sob o controle da Igreja, seguindo o modelo político traçado pela igreja do Nordeste do Brasil que disputava a hegemonia das massas rurais com as Ligas Camponesas. As posições anticomunistas da FAG, que julgava o MASTER como obra de inspiração comunista, conduzi-a ao encontro de posições da FARSUL. Em Ijuí, os freis capuchinhos estabeleceram uma política própria para a questão, oposta em muitos pontos aos da direção da FAG.

Para a igreja tratava-se de “valorizar o agricultor e modernizar a agricultura, promovendo o trabalhador rural e o camponês”. Quanto à reforma agrária, esta deveria obedecer o direito de propriedade, com a indenização justa das terras desapropriadas dos latifundiários que as mantinham ociosas. Assim, caberia ao MASTER a tarefa de radicalizar e conduzir a luta pela reforma agrária, contra a política conservadora da FARSUL.

A proposta política de reforma agrária estabelecida pelo MASTER pode ser analisada através da obra de Paulo Shilling, economista e um dos fundadores do movimento. O princípio básico da proposta exposta no livro Crise Econômica do Rio Grande do Sul, de 1961, era a redistribuição de terras no próprio Rio Grande, impedindo a emigração para outras regiões do Brasil. O plano visava criar novas frentes de colonização nas terras ociosas dos latifundiários da campanha. O Objetivo era organizar “migrações internas das populações excedentes nas colônias velhas e mesmo nas Missões, Planalto e Alto Uruguai. Aliviar-se-ia a pressão demográfica de algumas regiões, enchendo o vazio de outras.”(Shilling, 1961, p.118) Embora a maior parte dos latifúndios estivessem na zona da campanha, o Noroeste também mantém grande quantidade de terras ociosas, nas áreas de criação de gado.

Shilling não esquece dos caboclos nesta sua proposta de colonização dos latifúndios: “considere-se ainda as centenas de milhares de camponeses sem terra, que habitam nossos campos, os nossos **caboclos** das zonas pastoris, que, evidentemente, não poderão ficar à margem de qualquer plano de colonização...”(Shilling, 1961, p.119)

Além da distribuição de terras, a proposta política do autor considera uma série de outros fatores fundamentais para o desenvolvimento da agricultura e da própria reforma agrária - fundo

agrário, modificações na legislação, organização de cooperativas, crédito, mecanização, etc... Além disso, considerava fundamental a mobilização dos camponeses: “a condição básica para o sucesso de uma reforma (e de qualquer reforma -sic) está na participação do povo, em especial dos interessados diretos, no caso, os camponeses.”(Shilling, 1961, p.148)

As ações básicas do MASTER consistiam em organizar grandes acampamentos. Wagner escreve que entre 1960 e 1964 “o movimento dos agricultores sem terra fez 35 acampamentos em terras públicas e privadas, 20 mobilizações pela reforma agrária radical, movimentando mais de 100 mil camponeses, um número bastante expressivo para a época.”(Wagner, 1988, p.22)

Esta proposta política, no entanto, foi derrotada pelo golpe militar de 1964. As lideranças camponesas foram presas e torturadas, quando não assassinadas; suas associações fechadas e seus representantes políticos cassados. No Rio grande do Sul, antes mesmo do golpe militar, a repressão se abatera sobre os sem terra. Em 1963 o governo estadual foi conquistado por um governador conservador, candidato de uma aliança de direita, tendo por base o PSD. Ildo Meneghetti, o novo governador, imediatamente fechou o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, criado pelo governo anterior, desfez as iniciativas de reforma e atribuiu à polícia estadual a tarefa de dismantelar o MASTER. Com o advento do golpe militar, que contou com o apoio do governador, a tarefa repressora ficou ainda mais fácil e o movimento pela reforma agrária foi destruído. O novo governo optou por uma política de desenvolvimento claramente excludente.

Os projetos de reforma agrária que surgiram não visavam apenas criar espaço para os excedentes do campo, mas sim faziam parte de uma estratégia para modificar a estrutura agrária e adequá-la as necessidades do crescimento econômico, segundo as hipóteses da economia política correntes naquele momento. O raciocínio dos economistas era simples em seu princípio : aproveitar a mão de obra camponesa ociosa e as terras dos latifundiários, também ociosas. A proposta consistia em aproveitar o trabalho de colonos que migravam aos milhares para outras regiões do país.

O projeto de reforma agrária nada tinha de revolucionário, apesar das acusações de que era obra de comunistas contrários à civilização cristã e ocidental, acusação de grande efeito político entre as massas rurais, fiéis às igrejas. Muitos pequenos proprietários se somaram contra a reforma com medo de perder seus pequenos terrenos. O plano, grosso modo, estava de acordo com as propostas da FAO, da CEPAL e OEA, órgãos oficiais e livres de qualquer suspeita desse tipo, cujos objetivos eram, entre outros, justamente impedir que as inevitáveis rebeliões camponesas pudessem ser canalizadas para a causa do socialismo defendido pela esquerda revolucionárias em vários locais do continente. Cuba seria sempre lembrada. As propostas daqueles órgãos se resumiam, segundo José López de Sebastian, em redistribuir terras, suprimindo os latifúndios e minifúndios, criar condições técnicas para o desenvolvimento agrícola (maquinaria, armazéns, créditos, irrigação etc.), mobilizar os camponeses para dar sustentação política para a reforma e convencer as comunidades da “função social da terra”.(Sebastian, 1968, pp.25/27) Parte destas ações foram desenvolvidas pelos governos conservadores na medida em que estimularam a construção de armazéns, de cooperativas

e subsidiaram crédito. Porém estas ações eram limitadas aos proprietários com certo patamar mínimo de viabilidade econômica e não admitiam a redistribuição de terras.

A luta pela reforma agrária dos anos 50/60 teve amplo apoio das forças de esquerda revolucionária do Brasil, representada principalmente pelo PCB. Cabe questionar porque estas forças pró-socialistas se alinharam nesta batalha que tinha fins reformistas. Vladimir Lênin, muito influente na esquerda do Brasil, escrevera que salvar o camponês “significaria frenar inutilmente el desarrollo social, enganar al campesino con la ilusión de un posible bien estar en el capitalismo.”(Lênin, 1981, p.53) Por outro lado, Lênin via no campesinato uma das formas de eliminar as forças précapitalistas - a outra seria a via prussiana. Os críticos da esquerda, posteriormente, apontavam como sendo esta a hipótese, a via camponesa, defendida pelos comunistas brasileiros para apoiar a reforma agrária, com vistas a eliminar o que se acreditava ser os restos feudais do país e, posteriormente, criar as condições para uma revolução de fato. Caio Prado Jr. um dos principais teóricos da questão agrária, em seu livro “A Revolução Brasileira”, demonstrou que a tese do feudalismo no Brasil era “uma errônea interpretação teórica” e que isto teria desorientado a prática revolucionária. Tratava-se de uma transposição de modelos teóricos de análise histórica da Europa para o Brasil onde a realidade deveria se adaptar ao modelo e não o contrário.(Prado Jr., 1977)

A reforma agrária proposta nos anos 60, independente de seu caráter revolucionário ou reformista, certamente traria benefícios enormes à uma massa de agricultores sem terra que estavam excluídos de qualquer outro projeto de políticas públicas existentes, favoráveis aos privilégios de uma elite latifundiária que não retirava da terra o que socialmente poderia ser retirado.

Do campo para a cidade.

A nova fase de modernização da agricultura provocou um forte êxodo rural. O levantamento bibliográfico sobre esta fase revela que a urbanização das cidades não teve planejamento adequado. Resultado da falta de uma política de urbanização, visando melhor qualidade de vida para os cidadãos, foi o surgimento de diversas favelas e a construção de moradias em áreas de risco.

Segundo o estudo de Bernadete Azambuja sobre a cidade de Ijuí, que tomamos aqui como exemplo, o ritmo de urbanização acelerou-se nos anos 60 em diante: “Em 1960 a cidade detém apenas 31,05% da população do município, em 1970 o índice chega a 58,32% do total de 70.932 habitantes. Nesse sentido é que a cidade, para além de prover condições para a agricultura, passa a ser um dos lugares onde integram-se parcelas da população que vão sendo excluídas do agrário e das pequenas cidades da região. Junto a aqueles que ali já estão, migrantes pretéritos ou nascidos vão disputar as oportunidades de trabalho e de mercado, as condições de reprodução da vida e do capital. Oportunidades e condições que se tornam estreitas sob o peso da população que se avoluma, e seletivas àqueles que detêm, mais ou menos, recursos materiais, em virtude das atividades urbanas e do mercado que a cidade mantém”.(Azambuja, 1996, p.45) Na década de 1970, a cidade de Ijuí apresentou um alto índice de crescimento demográfico decorrente do afluxo de imigrantes oriundos dos pequenos municípios agrícolas da região.

O estudo de Azambuja nos bairros pobres de Ijuí confirma o caráter rural da população excluída, que se integra no urbano em condições precárias no mercado de trabalho : “Os moradores são, usualmente, sem ocupação fixa: empregadas domésticas, biscateiros, serventes de pedreiro ou desempregados permanentes. Na favela convivem lado a lado a miséria, a submoradia, a violência, o roubo, a prostituição, o emprego temporário, entre outros”.(Azambuja, 1996, p.80)

Os excluídos do campo são recebidos na cidade também de forma excludente. A eles lhes cabe apenas os piores espaços, ainda não estruturados como cidade no seu sentido pleno, numa condição bem definida por Bernadete Azambuja : “É o espaço do não cidadão que, para morar na cidade, constrói um casebre de restos de materiais ou ainda, pequenas casas em áreas de posse, porque não detém a propriedade da terra. Enfim, as favelas são a expressão mais acabada da expropriação fundiária que ocorre em nível regional e da privatização do solo urbano”(Azambuja, 1996, p.82)

O Caboclo: Construção de uma Imagem Estigmatizada

No anos 60, os Estados Unidos eram palco de efervescente luta pelos direitos civis dos negros daquele país e em todo o mundo a reafirmação do direito à diferença e a liberdade cultural estava no auge. O famoso livro de Frantz Fanon causava profundo impacto ao denunciar com detalhes o desprezo com que os colonialistas europeus tratavam as culturas não européias. No sul do Brasil, os imigrantes europeus e seus descendentes, apesar da consciência da diversidade étnica regional (melting pot), os nativos eram vistos com certo desprezo. Aqui, como no resto do mundo ocidental, a questão cultural estava em debate.

Na urbanização acelerada decorrente do êxodo rural, motivado pela mecanização intensiva das lavouras, o caboclo entra em cena novamente com destaque para sua condição de excluído. A maioria dos caboclos dirigiu-se para a periferia urbana das cidades, construindo favelas e bairros populares com pouca infra-estrutura urbana. O jornalista Martin Fischer escrevia em 1967, no Correio Serrano, que o município de Ijuí “sofreu um verdadeiro assalto de caboclos” e que “na margem das cidades construía suas favelas, vivendo da mendicância e, as vezes do furto e do roubo. Marginais no mais amplo sentido da palavra!” Da mesma forma que os caboclos eram vistos como um problema durante a imigração de colonos no final do século passado, a migração para a cidade também era um problema de âmbito público. Martin Fischer registrou o pensamento corrente na época nestas palavras: “o acréscimo demográfico trazido pelo afluxo dos caboclos era considerável, mas criava graves problemas e preocupações à administração municipal.(...) Ninguém, porém, poderá afirmar que esse elemento ameríndio teve valor positivo para o desenvolvimento e o progresso de Ijuí. Por enquanto esses ameríndios constituem um gravame para a administração municipal e a população”.(Fischer, 1987, p.41) Cerca de cem anos antes, estes sujeitos eram apresentados como responsáveis pelo atraso da agricultura. Expulsos do campo, se tornam um estorvo na cidade, na visão acima.

Fischer resgata também o pensamento complacente em relação aos caboclos, apontando aspectos positivos de seu caráter na direção de uma forma idealizada. A forma como a população imigrante gostaria que eles se comportassem. Valores como “pacato”, “lealdade”, “hábil no

trabalho” e “bom pai” deveriam fazer parte do caráter ideal desta população excluída - excluída por sua própria culpa, por seu “pequeno horizonte espiritual”. Vejamos o discurso: “Pois, seria uma injustiça reprovável ver só o lado negativo do problema e não reconhecer que esses caboclos que, seja pelo destino ou seja pela própria imprudência ou mesmo culpa, caíram em tamanha desgraça, não possuísem virtudes também. Ao contrário, o caboclo geralmente tem um caráter muito bom e pacato, ele é leal, hábil no seu trabalho, de boa vontade, cavalheiresco e, em geral, um bom pai de família. Exceções apenas confirmariam a regra. O que lhe falta é, em primeiro lugar, uma educação sólida que o torne capaz de julgar os problemas da vida além do seu pequeno horizonte espiritual”.(Fischer, 1987, p.42) As diferenças culturais numa sociedade multicultural como a brasileira são definidas sob a forma de virtudes ou são estigmatizadas negativamente, dependendo do ponto de vista do observador. Para justificar as desigualdades são construídas imagens estigmatizadas para os grupos subalternos e imagens virtuosas para os grupos dominantes. No caso em estudo, as virtudes são dos “imigrantes”, entendidos como os europeus e seus descendentes. A discriminação dos negros é bastante conhecida em todo o mundo ocidental, mas em relação aos caboclos brasileiros os estudos ainda não são suficientes.

A história regional tem demonstrado que as diferenças culturais não são levadas em conta, num sentido positivo, quando se estabelece políticas de desenvolvimento. As tentativas de transformar negros escravos, indígenas e caboclos em “colonos imigrantes” é a expressão mais evidente dos equívocos desta forma de ver a sociedade. Por outro lado, o insucesso destas tentativas reforça a construção de um estigma depreciativo sobre estas populações, responsabilizando elas mesmas pela exclusão social e pela desigualdade econômica. “Pequeno horizonte espiritual”, “natureza que repugna o trabalho sistemático”, “vagabundos” e “ignorantes”, são algumas expressões comuns que construíram a imagem estigmatizada do caboclo ao longo da história. Tal qual ao início da colonização do território, a questão étnica continua viva um século depois.

O problema não era apenas de origem étnica e sim de uma cultura assumida ou adquirida pelos grupos envolvidos. Sendo assim, o geógrafo alemão Leo Waibel, em viagem de estudos pela região nos anos 1950, ficaria espantado quando observou que os laboriosos germânicos praticavam, em vários locais, uma agricultura tipicamente cabocla, tornando-se alemães “cabocloizados”, na expressão do autor: “Especialmente nas áreas montanhosas, de povoamento antigo, e nas regiões remotas, muitos colonos alemães, italianos e polacos e ucranianos tornaram-se verdadeiros caboclos, gente extremamente pobre, com muito pouca ou nenhuma educação...”(Waibel, 1979, p.246) Waibel, talvez sem se dar conta, estava prevendo o futuro: o moinho da modernização da agricultura, que elimina camponeses abaixo do patamar técnico exigido, poderia levar junto em seus dejetos os filhos dos imigrantes chamados para modernizar a região no século passado. Na condição de colonos empobrecidos, passaram a disputar com os caboclos os empregos pouco qualificados no mercado de trabalho urbano. Os representantes do tradicional e do moderno do passado curiosamente se encontram para disputar um espaço que já não tem nada de moderno.(Rotta, 1998, p.177/178)

Conclusões

A globalização na região Noroeste do Rio Grande do Sul instala-se com a invasão dos europeus no século XVI e desde então nada mais seria como nos tempos das tribos indígenas, que viviam sem o menor contato com os outros povos do planeta. Se o século XVI foi o início da globalização, o século XX foi a sua

consolidação. No final dos anos 1800 conviviam na região Noroeste povos de todos os cantos do planeta, falando diversas línguas e expressando diversas concepções de mundo. Por trás dessa migração o estado coordenava os movimentos, administrando interesses geopolíticos, econômicos e culturais. Nesse sentido, é o estado que estimula o povoamento como estratégia de garantir a posse de um território disputado e, uma vez conquistado efetivamente, intensifica a migração em comum acordo com interesses imobiliários de empresários locais e internacionais, em nome da modernização e inserção na dinâmica de um planeta cada vez mais globalizado. Diante da crise decorrente do esgotamento dos benefícios naturais da fronteira agrícola, as alternativas políticas são claramente marcadas pelo debate internacional sobre a questão agrária: de um lado a estratégia comandada pelos agentes da Revolução Verde, com sede na América do Norte e, de outro lado, os reformistas de inspiração socialista com centro de gravidade no leste europeu. Mesmo que a proposta da reforma agrária não tenha partido do leste europeu, os reformistas eram classificados, e combatidos, como seguidores do campo político liderado por aquele centro.

No decorrer desse processo, as questões culturais revelam sua importância na afirmação da políticas de desenvolvimento marcadas pela desigualdade econômica e social. As diferenças culturais, bem caracterizadas pelos agentes que dominam historicamente a condução política regional, serviram para justificar o lugar dos diferentes grupos na hierarquia social, e até mesmo materializada no espaço urbano, de uma região que reproduz a sociedade desigual do mundo ocidental.

Notas:

Uma versão modificada deste texto foi publicada na Revista Tendências e Debate com o título **História regional/ História Global: Uma História Social da Agricultura no Noroeste do Rio Grande do Sul (Brasil)**. Revista Tendências e Debate. Passo Fundo: Centro de Pesquisas Historiográficas do RS, Programa de Pós- Graduação em História. editora Universitária. Vol. 1, N^o 1 junho de 1999, pp. 109/128.

BIBLIOGRAFIA E FONTES.

1. Fontes manuscritas, relatórios oficiais e jornais.

Jornal Aurora da Serra . Cruz Alta

Jornal o Celeiro. Três Passos

Jornal Correio Serrano. Ijuí

Relatórios da secretaria dos Negócios e Obras Públicas. Relatório. Porto Alegre.

CAMPOS, José Joaquim Pereira de. Relatório Manuscrito. Cruz Alta, 18 de setembro de 1860. Manuscritos. Arquivo Histórico do RS.

2. Livros

AZAMBUJA, B. O desenvolvimento Urbano e a Promoção Fundiária e Imobiliária na cidade de Ijuí/RS.

Ijuí : Editora da UNIJUÍ. 1996. (Série Dissertações)

BERNARDES, Nilo. A Colonização no Município de Santa Rosa. Revista Brasileira de Geografia. N^o3 Ano XII. Rio de Janeiro. 1950.

BESCHOREN, Maximiliano. Impressões de Viagem na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. 1875/87. Porto Alegre. Martins Livreiro. 1989.

BOSERUP, Ester. Evolução Agrária e Pressão Demográfica. São Paulo. Hucitec/Polis. 1987.

BRUM, Argemiro Jacob. Modernização da Agricultura. Trigo e soja. Petrópolis : Vozes; Ijuí : FIDENE. 1988

CAMARGO, Antônio Eleuthério. Quadro Estatístico da Província de S. Pedro do RS. Porto Alegre. Tipografia do Jornal do Comércio. 1868.

CASTRO, Evaristo Afonso de. Notícia Descritiva da Região Missioneira. Cruz Alta. Typographia do Commercial. 1887. (IHGB. Rio de Janeiro)

CHAYANOV, Alexander. **The Theory of Peasant Economy**. Homewood, The American Economic Association, 1966, (editado por Daniel Thorner, Basile Kerblay e R.E.F. Smith).

- COUTY, Louis. Le Maté et les Conserves de Viande. Rapport à son Excellence, Monsieur le Ministre de L'Agriculture et du Commerce. Sur sa mission dans les provinces du Paraná, Rio Grande et les États du Sud. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. 1880.
- FEE - Fundação de Economia e Estatística. De Província de São Pedro a estado do RS. Censos do RS. Porto Alegre, 1981.
- FISCHER Martin. Etnias Diferenciadas na Formação de Ijuí. Ijuí: Editora da UNIJUÍ. 1987.
- FRANTZ, Telmo. Cooperativismo Empresarial e Desenvolvimento Agrícola. Ijuí : FIDENE e COTRIJUÍ. 1982.
- LAZZAROTTO, Danilo. Os Capuchinhos na História e no Desenvolvimento de Ijuí. Porto Alegre : EST. 1982.
- LÊNIN, Wladimir. La Alianza de la Clase Obrera y del Campesinado. Progreso, Moscou, 1981.
- LÊNIN, Wladimir. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. Abril Cultural, São Paulo, 1982.
- PRADO, Caio. A Revolução Brasileira. São Paulo Brasiliense. 1977 2^a. Ed.
- ROCHA, Prudêncio. História de Cruz Alta. Cruz Alta. Mercúrio 1980.
- ROCHE, Jean. A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Globo. 1969.
- ROTTA, Edeimar. “A construção do desenvolvimento na grande Santa Rosa : um “modelo” de interação entre regional e global”. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1998. Dissertação de Mestrado.
- SEBASTIAN, José López de. Reforma Agrária e Poder Social. Madrid.: Guadiana. 1968.
- SHILLING, Paulo. A Crise Econômica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre : Difusão de Cultura Técnica. 1961.
- WAGNER, Carlos. A Saga de João Sem Terra. Petrópolis : Vozes. 1988. P 22
- WAIBEL, Leo. Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil. IBGE, Rio de Janeiro, 1979, 2^a ed.
- WALLE, Paul. Au Brésil – État de Rio Grande do Sul. Paris : E. Guilmoto, 1912.
- ZARTH, Paulo Afonso. História Agrária do Planalto gaúcho. 1850-1920. Ijuí : Editora da UNIJUÍ. 1997.